



Jornal do SINTAEMA

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

O SINTAEMA É FILIADO À



Unidade e Muita Luta – Gestão 2019-2023

www.sintaemasp.org.br

Ano: 31 - nº 900 - 3 a 16 de Junho de 2019

PLV 8/19 (MP 868/18)

Vitória! MP da privatização é derrubada!

Depois de muitas batalhas a MP 868/18 caiu, mas a luta continua porque pode surgir um projeto de lei. Trabalhadores da Sabesp deram um exemplo de mobilização contra a medida em ato gigantesco no dia 21 de maio.



Cetesb

Sem proposta, trabalhadores indicam greve para o dia 11 de junho



Ainda nesta edição:

**Empresas privadas:
Sintaema fecha acordos**
Página 2

**Colônia de Férias:
Vem aí o nosso arraial!**
Página 2

**TODOS NA
GREVE GERAL
DO DIA 14 DE JUNHO!
ESTAMOS JUNTOS NESTA LUTA!**

Milhares se juntam à luta contra a privatização do saneamento

Ato reuniu cerca de 4 mil trabalhadores da Sabesp que mandaram o recado para os governos estadual e federal: não à privatização do saneamento!

Os companheiros e companheiras da Sabesp da Capital e de vários municípios deram um verdadeiro exemplo de combatividade, resistência e luta no dia 21 de maio em gigantesco ato que começou em frente à Sabesp da Ponte Pequena e terminou na Sede do Sintaema, a casa do trabalhador, depois da passeata que parou a Avenida do Estado.

O protesto contra a MP 868/18 – PL 8/19, que foi derrubada depois de muita luta e pressão das entidades e dos trabalhadores, é um atentado ao direito à água, um bem universal que corre o risco de ser um luxo para poucos se a pauta fosse aprovada, já que o projeto abre de forma escancarada as portas do saneamento público à iniciativa privada e acaba com uma importante ferramenta social que é o subsídio cruzado.

A luta contra a privatização também é da sociedade, uma vez que a iniciativa privada visa o lucro, portanto as contas de consumos serão mais caras e os serviços precarizados, a exemplo do que já ocorreu em diversos países que retomaram os serviços após a nefasta privatização.



“A Frente Nacional em defesa do saneamento ambiental, da qual o Sintaema faz parte, está em Brasília para pressionar os deputados e senadores para que não aprovelem essa política nefasta de privatização do saneamento, vamos continuar fazendo pressão!”, declarou o presidente do Sintaema, José Faggian.

“Esse governo está a serviço do grande capital, não estamos satisfeitos com essa onda privatista em nosso país, vamos intensificar a luta”, disse o

presidente da CTB nacional, Adilson Araújo.

“Querem entregar nossas riquezas naturais, nossa água. Esse governo tem se prestado a isso, ao desmonte do país”, frisou o presidente da Fenatema, Eduardo Anunciato, o Chicão.

Trabalhadores e trabalhadoras da CETESB, Fundação Florestal e empresas privadas participaram da manifestação em apoio e solidariedade aos companheiros da Sabesp.

Bastante representativo, o ato contou com a

presença de dirigentes da CUT, CGTB, Nova Central, FNU, Sindae-Campinas, Sintius, Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Advogados, Sindicato dos Metroviários, Sindicato dos Eletricitários, AAPS, APU e MAB.

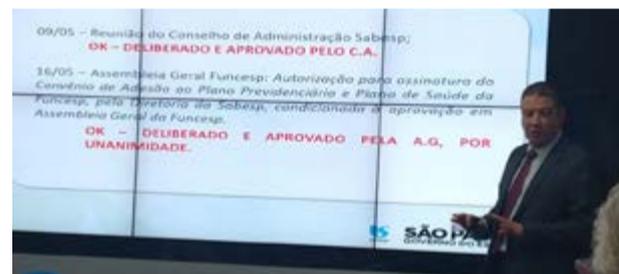
Todos juntos na luta pela Sabesp pública! Diga não à venda da Sabesp, diga não à privatização do saneamento!

Acordo está assinado!



O Sintaema e demais sindicatos estiveram com o presidente da Sabesp, Benedito Braga, para a assinatura do acordo coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras, no dia 21 de maio. Parabéns a todos pela renovação do acordo sem nenhum direito a menos e com importantes avanços.

Plano de saúde em pauta



No dia 21 de maio a Sabesp apresentou ao Sintaema e demais entidades o novo plano de saúde dos trabalhadores que deve ser implantado até o dia 1º de agosto próximo.

Um comitê gestor do plano formado por representantes dos sindicatos e da Sabesp substituirá a atual comissão de saúde e acompanhará toda a transição.

Entre as novidades está a carteirinha do plano por aplicativo, além da carteirinha física. Confira toda a apresentação da reunião em nossa página na Internet: www.sintaemasp.org.br

Empresas Privadas

Mais um acordo fechado!



O Sintaema fechou o acordo dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema São Lourenço, no dia 27 de maio: 4,99% de reajuste salarial, vale-refeição de R\$ 39,00 e manutenção das cláusulas existentes.

Parabéns aos companheiros! Estamos juntos!

Acordo fechado na Attend



E mais um acordo coletivo está fechado, desta vez dos trabalhadores e trabalhadoras da Attend Ambiental de Barueri. A aprovação se deu em assembleia dos trabalhadores no dia 28 de maio. As negociações com a direção foram no último dia 22.

Os companheiros conquistaram a reposição de 5% nos salários, o piso passou para R\$ 1.600,00, reajuste de 6,7% nos benefícios de vale-refeição e vale-alimentação totalizando R\$ 950,00, e vale-combustível a partir de R\$ 347,00.

Garantia da continuidade do programa de PPR baseado em metas podendo chegar a uma folha de pagamento.

O acordo tem validade de 2 anos para as cláusulas sociais e de um ano para as cláusulas econômicas. A proposta construída entre a empresa e sindicato foi aprovada por unanimidade. Parabéns, estamos juntos!

Trabalhadores elegem a CIPA na BRK Ambiental

Os trabalhadores e trabalhadoras da BRK Ambiental elegeram no dia 21 de maio os representantes que integrarão a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Foram eleitos: Maíra José Moura da Silva, Cleber de Oliveira Campos, Renata Keli da Paixão, Claudionor Fernandes de Andrade, Wagner da Silva Aguiar, Thiago Santos Arruda e Felipe Pinheiro Maceió.

O Sintaema parabeniza a todos os que concorreram ao pleito, e aos ganhadores deseja muito sucesso nessa importante atribuição em defesa da segurança dos trabalhadores.

Estamos juntos com a CIPA!



Vem aí o arraial da Colônia!

Atrativos: show sertanejo, pau de sebo, touro mecânico, pipoca, algodão doce, barracas típicas, quadilha, fogueira e queima de fogos! Dia 15 de junho de 2019, às 20h.

Ôce num vai perdê esse arraiaí pra lá di bão! Vem, sô!

Promoção de inverno na Colônia:

A partir do dia 17 de junho de 2019 a 15 de setembro de 2019.

Valor da casa grande para 12 pessoas: R\$ 100,00. Casa pequena para 8 pessoas: R\$ 80,00

Obs.: O valor de bate e volta para filhos com 21 anos ou acima e convidados abaixo de R\$ 60,00 para R\$ 30,00.

Associados e associadas venham curtir nossa colônia, nosso cantinho!

Cetesb - Campanha Salarial

Assembleia indicou greve a partir do dia 11

Se até esta data não houver uma proposta decente, os trabalhadores entrarão em greve. Uma negociação está marcada para o próximo dia 5.

Sem proposta da empresa, os trabalhadores e trabalhadoras da CETESB reunidos em assembleia no dia 30 de maio aprovaram indicativo de greve para o dia 11 de junho, assembleia de ratificação no dia 10 e estado de greve com assembleia permanente.

A diretoria da CETESB manifestou a intenção de fechar um acordo em mesa, reconheceu a data-base de maio e disse que tentará avançar

no pleito junto ao Comitê de Políticas salariais do governo a partir das reivindicações, porém frisou que a Companhia está com dificuldades financeiras.

A próxima negociação será em 5 de junho, ocasião em que esperamos que a empresa apresente uma proposta à altura dos anseios dos trabalhadores, caso contrário, greve!

No mesmo dia 5 o Sintaema realizará uma

ato na parte da manhã em frente à CETESB pela valorização dos trabalhadores e pelo Dia Mundial do Meio Ambiente.

Vale ressaltar que os trabalhadores também

aprovaram participação na greve geral do dia 14 de junho.

Juntos na luta por um bom acordo e em defesa do Meio Ambiente.



Próxima reunião dia 5

Até o momento só houve uma rodada de negociação, no dia 22 de maio, quando o Sintaema e demais sindicatos se reuniram com a direção da empresa e partiu da premissa “nenhum direito a menos”.

O Sintaema colocou as principais demandas e avisou que não aceitará nenhuma retirada de direitos e conquistas, e



que o patamar inicial das negociações deve ser a manutenção de todas as

cláusulas do acordo anterior.

Dentre as reivindica-

ções de reajuste salarial e dos benefícios, o Sintaema destacou a importância de se retomar e rediscutir o Plano de carreira que está sem movimentação desde 2013, o PPR, a realização de concurso público para aumentar o quadro, a garantia no emprego de 100% do efetivo e a volta da estabilidade para os delegados sindicais.

CAD

No dia 27 de maio, o CRF se reuniu para a apresentação de candidatos ao CAD – Conselho de Administração da CETESB, que será instituído pela primeira vez na empresa, de acordo com a Lei 13303/2016, na qual é garantida em seu artigo 19 a participação de representante dos empregados.

Vale ressaltar que entre as competências do CAD estão discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, política de gestão de pessoas e supervisionar os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

É a primeira vez que acontecerá na CETESB e será cobrando do representante eleito uma posição com relação à carreira dos funcionários da CETESB e uma política ambiental para o Estado de São Paulo. Estamos juntos!



Sobre a questão do Imposto de Renda



Depois da assembleia uma comissão de trabalhadores se reuniu com o RH da empresa para tratar da questão que surgiu sobre o adiantamento do salário que poderia aumentar a alíquota do mês de maio do Imposto de Renda. O RH mostrou, por meio de algumas simulações, que não haverá prejuízo algum. Caso alguém se sinta prejudicado deve falar com o representante sindical de sua área. Estamos juntos.

Banco de horas e apoio aos trabalhadores que dirigem

A questão do banco de horas também foi pauta da reunião do dia 22.

Embora o Sintaema seja contrário a essa modalidade, a empresa introduziu o banco e agora o sindicato quer discutir as regras para que o banco seja o mais favorável possível para os trabalhadores.

O Sintaema também entregou um documento à direção da empresa reivindicando que os trabalhadores que não são motoristas, porém dirigem tenham um suporte da empresa, já que muitos têm levado multas e até correm risco de perder a carteira de motorista.

Parabéns à nova executiva do CRF



No dia 27 de maio foi reeleita a executiva do Conselho de Representantes de Funcionários- CRF, da CETESB:

Coordenador: Maristela Musco de Caires; Vice: Carlos Alberto M. Baddini; Secretária: Elaine Batista dos Santos; Divulgadores: Felipe Bazzo Tomé e Nilton Nudelmam. Parabéns! Sucesso a todos nesta importante atribuição!

O Brasil se une pela Educação!

Educação e Resistência

Com este slogan e muitos outros, estudantes, professores, movimentos sociais e sindicais deram resposta ao governo de Bolsonaro e seu ministro da Educação em centenas de expressivos atos espalhados em todos os Estados do país quanto ao bloqueio de verbas na educação.

Em São Paulo, a manifestação reuniu mais de 50 mil pessoas no Largo da Batata, em Pinheiros, que seguiram em passeata até a Avenida Paulista.



Mais pesquisas, menos milícias! Está dado o recado. Estudantes e professores, estamos juntos com vocês na luta em defesa da educação. Parabéns!



Editorial

MP 868/18 foi derrubada, mas a luta continua e deve ser intensificada



No dia 28 de julho de 2010 a ONU declarou que o acesso à água limpa e ao saneamento básico é um direito fundamental dos seres humanos.

O Brasil é um país com um grande déficit no setor de saneamento, isso todos reconhecem. Hoje, por volta de 100 milhões de brasileiros não têm suas residências conectadas à rede de esgoto e outros 35 milhões não têm acesso à água tratada. Uma grande pergunta a ser respondida é: onde estão essas pessoas?

A resposta parece óbvia pra quem é do setor, porém é preciso explicitá-la, essas pessoas estão em grande parte na zona rural, outra parte em pequenos municípios do Interior do país e outra parte significativa nas periferias das grandes cidades. Existem também diferenças regionais importantes, segundo dados da PNAD do IBGE de 2017, por exemplo, enquanto na região Sudeste 92,5% da água consumida pela população é tratada e 88% do esgoto produzido é coletado, na região Norte apenas 59,2% da água consumida pela população é tratada e 20,3% do esgoto produzido é coletado.

No ano de 2018, organizado por grandes empresas multinacionais que têm a água como matéria prima para seus produtos realizou-

-se, não por acaso, no Brasil o FMA (Fórum Mundial das Águas) que pretendia aprofundar o debate sobre tornar a água uma mercadoria para que ela possa ser negociada na bolsa de valores como outras commodities quaisquer.

Esse fórum viabilizou, ainda que de forma indireta, a MP844/18 que pretendia facilitar o acesso das empresas privadas aos contratos de prestação dos serviços de água e esgoto no país. Essa medida provisória, depois de muita luta da sociedade e dos trabalhadores do setor, perdeu seu efeito, porém, logo na sequência o governo Temer, no dia 27 de dezembro de 2018 editou uma nova medida provisória, a 868/2018, que na prática tinha o mesmo objetivo e igual conteúdo que a 844/18, ou seja, facilitar o acesso das empresas privadas aos contratos de prestação de serviços de água e esgoto no país.

Outras grandes perguntas a serem respondidas são: Por que e para que a iniciativa privada quer o acesso facilitado aos contratos de serviços de água e esgoto no Brasil?

“Para que” não há muito o que quebrar a cabeça, a iniciativa privada busca oportunidade de obter lucros, simples assim. “Por que” talvez demande um pouco mais de elaboração na resposta.

Um fato importante a ser considerado é que a iniciativa privada já participa do setor e tem acesso aos contratos de prestação dos serviços através da lei de concessões, que é uma das opções dos municípios,

detentores do poder concedente, no momento em que esses decidem não mais eles próprios prestarem os serviços. A outra opção dos municípios é entregar a prestação dos serviços a uma empresa pública a partir de uma lei municipal que autoriza que um contrato de programa seja firmado entre essa empresa e o município.

Geralmente quando a iniciativa privada opera os serviços de saneamento os resultados não são os mais favoráveis. Por exemplo, no Tocantins após 12 anos da privatização da empresa pública estadual 78 municípios foram devolvidos ao Estado e a concessionária privada manteve a operação apenas nos 47 maiores e consequentemente mais lucrativos.

Um dos argumentos centrais de quem defende a 868/2018 é que é necessário mais investimentos, o que eu concordo, e que as empresas privadas participando mais ativamente no setor os investimentos serão maiores, o que na prática não se sustenta, vejamos, por exemplo: a média de investimentos por habitante por ano da Sanepar, Companhia Estadual do Paraná, e portanto pública, é de R\$ 88,00 e da Sabesp, empresa de São Paulo, e também pública, é de R\$ 126,00. Já em Manaus, que é operado por uma empresa privada, que está localizada na região norte do país e que tem os maiores déficits no saneamento e consequentemente a maior necessidade de investimentos, a média de investimento é de apenas R\$49,00 por habitante por ano. Outra falácia dos defensores da MP é a da neces-

sidade da participação do setor privado para que haja a universalização do saneamento para toda população, oras, em Manaus após mais de 20 anos de operação de uma empresa privada, apenas 10% dos esgotos são coletados assim como só 32% é coletado pela empresa regional privada no Tocantins, ao passo que Sabesp e Sanepar, empresas que seguem o modelo público, coletam consecutivamente 87% e 70% do esgoto onde operam. Na água a situação se repete com índices de atendimento significativamente melhores realizados pelas empresas do modelo público.

Outra questão preocupante é o das tarifas, já que as empresas privadas visam em primeiro lugar o lucro, assim a capacidade de pagamento das populações não é uma variável importante e podemos constatar isso nos exemplos mencionados, as tarifas praticadas pelas privadas são mais altas, enquanto em Manaus a tarifa média é de R\$5,30 por metro cúbico e no Tocantins R\$ 4,90, a tarifa média da Sabesp é de R\$ 3,30 e a da Sanepar R\$4,20.

Mais uma variável que devemos considerar é que os serviços de saneamento são de alta complexidade e requerem altos investimentos que demandam longo prazo de maturação, ou muitas vezes são feitos a fundo perdido, ou seja, nunca retornarão na forma de lucros aos investidores, por exemplo, um bairro pequeno e afastado que requer muitos quilômetros de rede para ser alcançado e que terá poucos usuários. Dessa forma os municípios meno-

res e mais pobres serão largados a própria sorte, já que hoje esses investimentos são possíveis graças ao sistema de subsídio cruzado que transfere recursos dos sistemas lucrativos para os deficitários, e isso só é possível quando o sistema é público.

Os serviços de saneamento são os chamados “monopólios naturais”, que significa que não é possível que haja na mesma rua duas ou três redes de água de empresas diferentes de maneira que se eu não estiver satisfeito com a companhia “A” posso mudar para a companhia “B”, como se faz com um telefone ou internet, por exemplo, logo não há como comparar a prestação dos serviços de saneamento com outros serviços dessa natureza, como os defensores da 868 costumam fazer.

A privatização do saneamento também se mostrou ineficiente em outras partes do mundo, a partir de 2010 países como França, Alemanha, EUA e Espanha, entre outros, retomaram o saneamento em muitos municípios onde os serviços haviam sido privatizados, inclusive municípios importantes com Paris, Atlanta e Berlim, só na França foram 94 reestatizações e, pasmem, 58 nos EUA. Os motivos foram a má qualidade dos serviços prestados e as tarifas altas, além da falta de investimentos.

O Brasil tem hoje 5570 municípios, dos quais apenas 500 são lucrativos no que diz respeito ao saneamento. Alguém tem dúvida de quais municípios a iniciativa privada esta visando nesse processo?

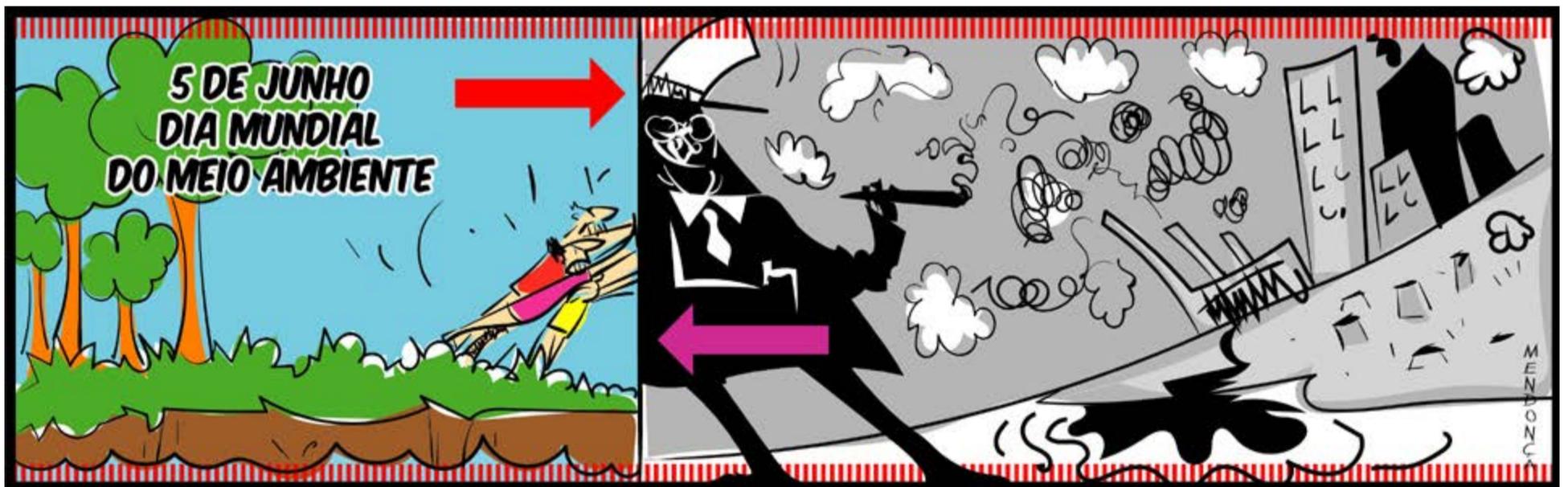
Se o acesso à água lim-

pa e ao saneamento é direito fundamental do ser humano o setor não pode ser privatizado. As empresas privadas já provaram que o lucro em primeiro lugar não consegue coexistir com a prestação à população de serviço de natureza tão essencial, que mesmo quem não tem capacidade de pagar tem a necessidade e o direito de receber. As privadas, sem sombra de dúvida, demonstraram, no Brasil ou em outros países, que o objetivo delas passa ao largo da universalização dos serviços.

Enquanto o resto do mundo reestatiza seu saneamento o Brasil continuará na contramão? Saneamento é uma obrigação do estado e um direito do Cidadão e para que seja universal e que toda a população tenha acesso deve ser prestado por empresas públicas ou pelo menos onde o estado seja o acionista majoritário, conservando assim o caráter público dos objetivos da empresa.

Derrotar a MP868/18 não foi uma vitória corporativa apenas do interesse dos trabalhadores das empresas estaduais, a derrota dessa MP significa que os interesses do povo brasileiro, em um momento de tantos ataques, prevaleceu. Essa importante vitória reafirmou o compromisso dos trabalhadores do setor com a missão de praticar saneamento universal e de qualidade em todo o território nacional apesar dos interesses privados das corporações e da vocação entreguista de quem governa o país!

José Faggian
Presidente do Sintaema



Sintaema
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Presidente: José Antonio Faggian – Diretor de Comunicação: Rene Vicente dos Santos
 Jornalista responsável: Adriana Chainho MTB: 24.298 | Projeto gráfico e diagramação: ZzyonN comunicação digital e desenvolvimento | Sede do Sintaema: Av. Tiradentes, 1323 – Ponte Pequena – CEP 01102-050
 Fones: 3329.2500 | 11 98313-1848 / 98313-1924 / 98313-2063 / 98313-2124
 Email: imprensa@sintaema.com.br - Tiragem: 13 mil exemplares